DESAFIOS IMPOSTOS PELA CURVA DE APRENDIZAGEM DAS FINANÇAS VERDES

TALITA PRISCILA PINTO*

Sendo os desequilíbrios ambientais cada vez mais frequentes, mostra-se necessária a transição da economia clássica para a economia verde. Estruturadas para apoiar essa transição, as finanças verdes são responsáveis por embasar projetos de desenvolvimento sustentável. Em setembro último, o Governo lançou um documento que permite ao País emitir títulos verdes que financiem programas com impactos positivos. Ainda que seja expressivo o crescimento desse mercado de finanças verdes, os volumes estão muito aquém do necessário para cumprir os objetivos do Acordo de Paris, ou mesmo para efetivar a transição à economia verde.

A AGENDA de ações climáticas vem sempre destacando a importância da transição de uma economia clássica, forjada em moldes tradicionais, para a chamada "economia verde". Uma parte desse processo dependerá do volume e da alocação de recursos financeiros e investimentos em estratégias de mitigação e adaptação e de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSAs).

Os impactos gerados por mudanças climáticas, como elevação do nível do mar, enchentes, aumento da temperatura e poluição do ar, apresentam riscos tanto para o Planeta, quanto para a disponibilidade de recursos e cadeias de suprimentos.

Frente a cenários cada vez mais frequentes de desequilíbrio ambiental, um sistema financeiro com foco em sustentabilidade pode oferecer uma efetiva contribuição para a preservação e a resiliência de sistemas produtivos agroalimentares.

FINANÇAS VERDES

As finanças verdes são atividades financeiras estruturadas para promover desenvolvimento sustentável e apoiar a transição para a economia verde. Estão inclusos, entre outros instrumentos, uma série de empréstimos, mecanismos de dívida e investimentos que incentivem o desenvolvimento de projetos sustentáveis, como energia renovável e eficiência energética, prevenção e controle da poluição, conservação da biodiversidade, iniciativas de economia circular e uso sustentável dos recursos naturais e da terra.

As finanças sustentáveis, portanto, diferenciam-se das convencionais ao contemplarem quaisquer serviços ou produtos financeiros que integrem critérios de sustentabilidade em suas características. A estratégia é contribuir para o desenvolvimento sustentável, financiando, por exemplo, inovação, conservação e infraestrutura. Assim, objetiva-se promover economias que façam uso cada vez mais eficiente de recursos e minimizar impactos negativos sobre o meio ambiente e a sociedade. O mercado financeiro, por sua vez, beneficia-se da oportunidade de obter uma maior estabilidade ao incorporar questões climáticas, sociais, ambientais e de governança às suas análises de risco.

O mercado de produtos financeiros sustentáveis constitui-se em instrumentos de dívida emitidos por empresas, governos e entidades multilaterais negociados no mercado de capitais com a finalidade de atrair capital para projetos que tenham como propósito um impacto socioambiental positivo.

DÍVIDAS SUSTENTÁVEIS

O valor total acumulado no mercado global de dívidas sustentáveis atingiu a marca de US$ 4,0 trilhões em 2021. Essa cifra representa cerca de 1,4% dos US$ 281,0 trilhões do mercado global de dívidas. Apesar de representar uma pequena fração, esse mercado, que era considerado, até pouco tempo atrás, como um nicho, vem crescendo exponencialmente. Apenas em 2021, os investidores injetaram cerca de US$ 1,6 trilhão nesses títulos. O primeiro lançamento de um título verde foi em 2007. Desde então, passaram-se cerca de doze anos para atingir o patamar do primeiro US$ 1,0 trilhão e menos de dois anos para o segundo.

No Brasil, em 2022, foram emitidos cerca de US$ 7,2 bilhões em dívidas sustentáveis, e o dinheiro arrecadado teve como foco projetos climáticos e de biodiversidade. Em setembro de 2023, o governo federal lançou o seu Arcabouço de Títulos Soberanos Sustentáveis, um documento de referência que permite ao País emitir títulos verdes, sociais e de sustentabilidade para financiar programas orçamentais com impactos ambientais e/ou sociais positivos. Em novembro do mesmo ano, o País estreou um título soberano sustentável de US$ 2 bilhões. A transação conseguiu ampliar a base de investidores e


SHUTTERSTOCK

reforçar o compromisso do Brasil com a sustentabilidade ambiental e social.

Os recursos têm como destino o controle do desmatamento, a conservação da biodiversidade, o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) – que se concentra, entre outros pontos, em energias renováveis e transportes limpos – e programas de combate à pobreza e à fome. O Arcabouço de Títulos Soberanos Sustentáveis define critérios para fornecer garantias aos investidores, como o processo de avaliação, a seleção de despesas elegíveis e a medição e monitoramento de fundos de obrigações. Informações como alocação e impacto dos projetos e das atividades serão reportadas anualmente pelo governo federal, como forma, inclusive, de avaliar a efetividade desse tipo de instrumento.

DESAFIOS DE CRESCIMENTO

O crescimento expressivo desse mercado ainda é freado por desafios tão grandes quanto os seus propósitos. Os volumes negociados ainda estão muito aquém do necessário para cumprir, por exemplo, objetivos do Acordo de Paris. Além disso, apesar de avanços institucionais, ainda é necessário ampliar a transparência e a comparabilidade em relatórios da área. Por exemplo, há escassez de estudos que demonstrem quais são os impactos associados às emissões de um título verde.

Considerado como um nicho até pouco tempo atrás, o mercado de dívidas sustentáveis vem mostrando um crescimento exponencial, tendo atingido, apenas em 2021, a marca impressionante de US$ 1,6 trilhão de investimentos em títulos verdes.

Os desafios também estão relacionados ao comportamento dos investidores. Esse mercado, inegavelmente, tem chamado a atenção de grandes investidores institucionais, que estão cada vez mais sofisticados e interessados em investir em sustentabilidade. Mas essa demanda ainda é subexplorada, principalmente no mercado doméstico. Já em relação a investidores pessoas físicas, a participação é relativamente muito menor. Possíveis explicações envolvem a falta de conhecimento e, consequentemente, de interesse mais profundo na temática.

Bancos e seguradoras das principais jurisdições no mundo ainda contam com o desafio de definir como implementar novas regulações nos processos de decisão de crédito e investimentos. Como essa agenda evolui, e se modifica, cada vez mais rápido, há a necessidade de definição de uma taxonomia nacional que reflita as particularidades da economia local. É também necessário uma (re)estruturação interna e uma implementação de processos de coleta e tratamento de dados sobre critérios sustentáveis relacionados aos seus clientes, além da definição de indicadores e da estimação e análise de cenários climáticos e de risco.

O mercado de finanças sustentáveis tem não só crescido fortemente, como apresenta um grande potencial de expansão. Mas os volumes negociados ainda são pequenos frente aos volumes demandados para, efetivamente, auxiliar no processo de transição para uma economia mais verde. O mercado e os seus agentes, principalmente no Brasil, precisam superar a fase de maturação das finanças sustentáveis. ■

*Pesquisadora do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV) – talita.pinto@fgv.br